

**VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL E A SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE
SITUACIONAL NA POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS (PMTO)**

**PROFESSIONAL VALORIZATION AND MENTAL HEALTH: A SITUATIONAL
ANALYSIS IN THE MILITARY POLICE OF TOCANTINS (PMTO)**

**APRECIACIÓN PROFESIONAL Y SALUD MENTAL: UN ANÁLISIS
SITUACIONAL EN LA POLICÍA MILITAR DE TOCANTINS (PMTO)**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2025.040-003>

Elio Chaves Cavalcante

2º Tenente da Polícia Militar do Tocantins

E-mail: cavalcante.pm@hotmail.com

Cléber José Borges Sobrinho

Doutor em Ciências Ambientais

E-mail: cleberborgess@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo analisa a relação entre valorização profissional e saúde mental dos policiais militares do do Tocantins, e, busca compreender como as políticas institucionais influenciam no bem-estar e no desempenho funcional. O objetivo geral é analisar a relação entre a valorização profissional e a saúde mental dos policiais militares do Estado do Tocantins. A pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, com revisão bibliográfica e análise documental de programas e políticas implementadas pela Polícia Militar do Tocantins (PMTO). Os resultados evidenciam que a sobrecarga de trabalho, as escalas irregulares, os conflitos hierárquicos e as limitações estruturais impactam de forma negativa a saúde psicológica dos policiais. Em contrapartida, iniciativas de capacitação, reconhecimento institucional e atenção psicossocial contribuem para o fortalecimento da resiliência e da satisfação profissional. A o final o objetivo geral foi alcançado, e, conclui-se que a integração efetiva dessas políticas é essencial para a consolidação de uma cultura organizacional baseada no cuidado, no reconhecimento e na eficiência institucional.

Palavras-chave: Valorização Profissional. Saúde Mental. Polícia Militar. Tocantins. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between professional valorization and the mental health of military police officers in the state of Tocantins, seeking to understand how institutional policies influence well-being and functional performance. The general objective is to analyze the relationship between professional valorization and the mental health of military police officers in the State of Tocantins. The research adopts a qualitative and quantitative approach, based on a literature review and documentary analysis of programs and policies implemented by the Military Police of Tocantins (PMTO). The results show that work overload, irregular schedules, hierarchical conflicts, and structural limitations negatively affect the psychological health of police officers. Conversely, training initiatives, institutional recognition, and psychosocial support contribute to strengthening resilience and professional satisfaction. In conclusion, the general objective was achieved, and it is inferred that the

effective integration of these policies is essential for consolidating an organizational culture grounded in care, recognition, and institutional efficiency.

Keywords: Professional Development. Mental Health. Military Police. Tocantins. Public Policies.

RESUMEN

Este estudio analiza la relación entre el desarrollo profesional y la salud mental de los policías militares de Tocantins y busca comprender cómo las políticas institucionales influyen en el bienestar y el desempeño funcional. El objetivo general es analizar la relación entre el desarrollo profesional y la salud mental de los policías militares del estado de Tocantins. La investigación adopta un enfoque cualitativo y cuantitativo, con una revisión bibliográfica y un análisis documental de los programas y políticas implementados por la Policía Militar de Tocantins (PMTO). Los resultados muestran que la sobrecarga de trabajo, los horarios irregulares, los conflictos jerárquicos y las limitaciones estructurales impactan negativamente en la salud psicológica de los policías. Por el contrario, las iniciativas de capacitación, el reconocimiento institucional y la atención psicosocial contribuyen a fortalecer la resiliencia y la satisfacción laboral. En definitiva, se logró el objetivo general y se concluye que la integración efectiva de estas políticas es esencial para consolidar una cultura organizacional basada en la atención, el reconocimiento y la eficiencia institucional.

Palabras clave: Desarrollo Profesional. Salud Mental. Policía Militar. Tocantins. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A valorização profissional, expressa em políticas de reconhecimento e desenvolvimento, constitui elemento determinante para a promoção da saúde mental e do engajamento laboral, e, estratégias personalizadas e consistentes são essenciais para ambientes organizacionais saudáveis e produtivos (PFISTER *et al.*, 2020).

Esta valorização constitui fator essencial para a motivação e a manutenção da saúde física e psicológica dos colaboradores, e no âmbito da Segurança Pública, essa valorização assume caráter ainda mais relevante, em virtude das exigências emocionais e dos riscos inerentes à atividade policial (CHIAVENATO, 2004; FEDORENKO *et al.*, 2021).

Pesquisas mostram que profissionais da Segurança Pública, como policiais, bombeiros e agentes penitenciários, apresentam taxas mais elevadas de sintomas de transtornos mentais, em comparação com a população geral, dos quais constam: estresse, ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e Síndrome de Burnout (CARLETON *et al.*, 2020).

Em análise específica aos policiais militares, estes profissionais enfrentam alta exposição a situações estressantes, risco constante, longas jornadas de trabalho e pressão por resultados imediatos, fatores que promovem o desequilíbrio entre esforço e recompensa, conflitos interpessoais e enfraquecimento dos laços sociais; fenômenos estes que são gatilhos para o adoecimento mental (CARVALHO; PORTO; SOUSA, 2020).

A fim evitar tais fatores de risco à saúde mental destes profissionais, são recomendadas as ferramentas de programas de treinamento psicológico específicos, treinamentos de autogestão emocional, *coaching*, apoio entre pares e primeiros socorros em saúde mental; ações estas que têm mostrado impacto positivo na redução do estresse e na melhora do bem-estar psicológico (CARLETON *et al.*, 2019).

Dentre as ferramentas de impacto positivo se destaca a valorização profissional, por meio de recompensas organizacionais, reconhecimento, autonomia no trabalho, *feedback* frequente e oportunidades de desenvolvimento; práticas as quais promovem fatores de proteção para a saúde mental, maior satisfação, motivação e resiliência frente aos desafios profissionais (JOSHI, 2021).

Estabelecer uma relação entre a valorização profissional e a saúde mental dos policiais militares é fator de promoção para a qualidade de vida desses profissionais bem como para a eficiência da atuação institucional, afinal, profissionais saudáveis e motivados tendem a desempenhar suas funções com maior eficiência, cujo reflexo acontecerá na proteção da sociedade e na credibilidade institucional (SANTOS; DE SOUZA; ALVES, 2023).

Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar a relação entre a valorização profissional e a saúde mental dos policiais militares do Estado do Tocantins. Para alcançá-lo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar os principais fatores psicossociais presentes no ambiente

profissional dos policiais militares; avaliar as políticas de valorização profissional existentes na PMTO; e, propor intervenções e estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde psicológica e à valorização dos profissionais da corporação.

2 METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório e explicativo, fundamentada na revisão bibliográfica e na análise documental, com uso de dados estatísticos referentes à valorização profissional e à saúde mental dos policiais militares do Estado do Tocantins (CRESWELL, 2014).

Esta combinação metodológica visou compreender os aspectos subjetivos das percepções e valorizar as experiências dos policiais militares quanto os indicadores objetivos que refletem o contexto de suas condições de trabalho (LAKATOS; MARCONI, 2013).

Para a seleção das fontes de informações, considerou-se os critérios de relevância temática, coerência teórica e consistência metodológica, e por tal razão se pesquisou artigos, dissertações, livros e relatórios publicados entre 2000 e 2025 (MINAYO, 2017).

O caráter qualitativo se baseou em uma revisão sistematizada da literatura científica, com emprego de autores em português e inglês, nas temáticas “reconhecimento profissional”, “bem-estar psicológico”, “polícia militar” e “estresse ocupacional” (CRESWELL, 2014).

Por outro viés, o caráter quantitativo foi incorporado mediante a análise de dados secundários provenientes de relatórios oficiais da Secretaria de Segurança Pública bem como de bases estatísticas sobre saúde ocupacional e políticas de valorização. As informações foram sistematizadas em tabelas e gráficos, permitindo identificar tendências, comparações e correlações pertinentes (FLICK, 2018; GIBBS, 2018).

A análise dos conteúdos obedeceu aos procedimentos da análise temática, o que possibilitou o agrupamento das informações em categorias expressivas dos principais desafios e de potencialidades observadas diante dos fenômenos da valorização profissional e da qualidade de vida (BARDIN, 2011).

A triangulação das informações foi empregada para fortalecer a confiabilidade dos resultados e minimizar vieses interpretativos, e por não haver aplicação de questionários e nem realização de entrevistas, este estudo observou as diretrizes éticas previstas na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, por tratar de pesquisa com uso de dados e percepções humanas (BRASIL, 2016; FLICK, 2018).

Neste contexto, o percurso metodológico associou a coerência entre os objetivos da pesquisa e os procedimentos empregados, com a compreensão de que as práticas de valorização profissional influenciam na saúde mental dos policiais militares do Estado do Tocantins, e que, a A integração entre dados qualitativos e quantitativos confere maior robustez às interpretações e subsidia a formulação de

estratégias institucionais voltadas ao aprimoramento das políticas de cuidado e reconhecimento no âmbito da corporação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 FATORES PSICOSSOCIAIS NO AMBIENTE PROFISSIONAL DOS POLICIAIS MILITARES

A exposição prolongada a fatores psicossociais negativos tende a reduzir a motivação e a autopercepção de eficácia. No contexto da PMTO, tais fatores se manifestam na sobrecarga de serviço e na limitação de recursos estruturais, o que evidencia a urgência de políticas integradas de saúde mental e valorização profissional (SILVA et al., 2024).

Em estudo recente, houve a identificação de cinco fatores de risco psicossocial predominantes entre policiais militares: carga e ritmo excessivos de trabalho, escalas irregulares, infraestrutura inadequada, conflitos interpessoais e restrição de oportunidades de desenvolvimento na carreira; tais fatores contribuem para o desgaste psicológico e emocional dos agentes e comprometem a saúde e o desempenho profissional (LIMA; ALENCAR, 2024).

Tais apontamentos constam na tabela abaixo:

Tabela 1 – Fatores de risco psicossocial no trabalho policial militar.

Fator de risco psicossocial	Descrição
Carga e ritmo de trabalho	Sobrecarga e horas extras frequentes
Horário de trabalho	Escalas irregulares e trabalho noturno
Ambiente e equipamentos	Infraestrutura e recursos inadequados
Relações interpessoais	Conflitos hierárquicos e isolamento
Desenvolvimento na carreira	Oportunidades de promoção e capacitação restritas

Fonte: (LIMA; ALENCAR, 2024).

Por meio destas variáveis, houve uma aplicação do Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART) em 229 policiais militares do estado de Santa Catarina, ao que constatarem que 20,09% apresentaram sofrimento mental significativo, com prevalência de insônia, ansiedade e exaustão emocional; estes evidenciaram a necessidade de programas contínuos de atenção à saúde mental, com foco no acompanhamento psicológico, flexibilização de jornadas e fortalecimento da participação dos policiais nas decisões operacionais (FRANCISCO; RODRIGUES; PEREIRA, 2022).

Nesta pesquisa foi observado níveis de correlação entre as variáveis idade e tempo de serviço aos danos relacionados ao trabalho, com destaque para os danos psicológicos, ou seja, quanto maior a idade do policial militar e maior seu tempo de serviço na instituição maior será o risco de danos psicológicos, aos quais se destacaram: mau-humor e sentimento de tristeza (FRANCISCO; RODRIGUES; PEREIRA, 2022).

Os policiais militares do grupo focal destacaram ainda a inter-relação entre danos físicos às consequências psicológicas como: alterações de sono, dores nas costas, no corpo, na perna, de cabeça

e nos braços, com destaque ao peso pelo uso do cinto sem o colete tático (FRANCISCO; RODRIGUES; PEREIRA, 2022).

A revisão da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que passou a incluir riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), representa um avanço relevante para a segurança e a saúde ocupacional. Essa atualização exige a identificação e o controle dos fatores psicossociais no ambiente laboral, com o incentivo às práticas de prevenção e promoção do bem-estar mental dos profissionais da PMTO (MTE, 2025).

Dessa forma, evidencia-se que os fatores psicossociais exercem influência direta sobre a saúde mental e o desempenho funcional dos policiais militares, cuja repercussão não afeta apenas no bem-estar individual, mas também na eficiência organizacional e na qualidade do serviço prestado à sociedade. Logo, compreender a complexidade das condições psicossociais vivenciadas pelos policiais militares é uma etapa essencial para subsidiar ações integradas que promovam saúde, motivação e sustentabilidade emocional no exercício da função.

3.2 POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL EXISTENTES NA PMTO

A valorização profissional constitui elemento essencial para o fortalecimento das corporações de Segurança Pública, uma vez que impacta na motivação, produtividade e estabilidade emocional dos efetivos. Nesse sentido, a PMTO pratica o implemento de políticas de valorização voltadas à qualificação técnica, reconhecimento institucional e melhoria da qualidade de vida.

Em 2017, foi criado o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), direcionado aos 1º Sargentos do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM), o qual foi desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS); este curso articulou conteúdos técnico-gerenciais alinhados às demandas operacionais contemporâneas, promoveu progressão funcional e valorização do mérito (PMTO, 2021b).

Outra iniciativa relevante é o Projeto Policial do Futuro, lançado em 2010, com o objetivo de promover formação continuada por meio de plataforma de ensino à distância própria. O programa abrange temáticas como direitos humanos, inteligência policial e gestão de riscos, assegura certificação interna e amplia o acesso à capacitação em todas as regiões do estado (PMTO, 2021c).

Em complemento, a Política Estadual de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Pública, instituída pela Lei nº 4.352/2024, destina recursos para ações de prevenção ao estresse ocupacional e acolhimento psicossocial, por meio do qual abrange policiais militares, civis e bombeiros militares, por meio de uma política que reforça o bem-estar e a valorização das forças de segurança (ALTO, 2024).

O reconhecimento institucional também se materializa em cerimônias e programas internos de mérito, nos quais são concedidas medalhas, certificados e menções honrosas; estas práticas reforçam

o senso de pertencimento e estimulam o desempenho profissional, fortalecendo os vínculos organizacionais (PMTO, 2021b, 2021e).

Vale destacar que há ainda os convênios firmados com instituições de ensino superior, intermediados pela Secretaria de Estado da Comunicação (SECOM) viabilizam cursos de especialização e treinamentos avançados, o que contribui para o aprimoramento técnico e o incentivo aos talentos na corporação (SECOM-TO, 2024).

Constata-se, portanto, que as políticas de valorização profissional desenvolvidas pela PMTO refletem um compromisso institucional com o aprimoramento contínuo de seus integrantes, mediante investimentos em qualificação, reconhecimento e bem-estar, e, tais iniciativas consolidam uma cultura organizacional baseada no mérito, na educação permanente e na valorização humana.

3.3 ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS À PROMOÇÃO DA SAÚDE PSICOLÓGICA E À VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA PMTO

A promoção da saúde psicológica na PMTO está fundamentada em ações preventivas e de acolhimento voltadas à redução dos riscos ocupacionais e à melhoria da qualidade de vida. Nesse contexto, destaca-se o Projeto de Prevenção ao Estresse, criado em 2009 pela Diretoria de Saúde e Promoção Social (DSPS). O projeto desenvolve ciclos de palestras e oficinas destinados à identificação de fatores de risco psicossociais e ao estímulo de práticas de autocuidado (PMTO, 2021a).

Com o intuito de ampliar o acesso ao suporte emocional, foi inaugurado, em 2017, o Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS), que oferece atendimento presencial e remoto aos policiais militares e seus dependentes, com agendamento online e encaminhamento à rede pública estadual (PMTO, 2021a).

A adequação do PGR às novas diretrizes da NR-1 consolidou a incorporação dos fatores psicossociais como elementos de vigilância obrigatória, o que garantiu maior controle e mitigação dos agentes estressores no ambiente de trabalho (MTE, 2025).

Em conformidade com a Política Estadual de Saúde Mental (Lei nº 4.352/2024), a PMTO passou a integrar capacitações em resiliência emocional e identificação precoce de adoecimento psicológico aos seus programas de formação continuada, voltados às praças e aos oficiais (ALTO, 2024).

Estas estratégias institucionais estão descritas na tabela abaixo:

Tabela 2 – Estratégias institucionais à promoção da saúde psicológica e à valorização dos profissionais da PMTO.

Estratégia	Descrição
Projeto de Prevenção ao Estresse	Ciclos de palestras e oficinas sobre fatores de risco psicossociais e práticas de autocuidado
Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS)	Atendimento presencial e remoto a militares e dependentes, com agendamento online e encaminhamento à rede pública
Inclusão de riscos psicossociais no PGR	Adequação do Programa de Gerenciamento de Riscos para mapear e controlar fatores de estresse no ambiente de trabalho
Capacitações em resiliência e sinais de adoecimento	Alinhamento das formações continuadas às diretrizes da Política Estadual de Saúde Mental para desenvolvimento Socioemocional
Programas internos de reconhecimento de mérito	Concessão de medalhas de valor policial e menções honrosas, previsto em portarias e comunicados oficiais

Fonte: PMTO (2021b, 2021d); ALTO (2024); MTE (2025).

Estas ações são complementadas por programas internos de reconhecimento profissional, como a concessão de medalhas e menções honrosas previstas em portarias e comunicados oficiais. Tais práticas reforçam a valorização simbólica e institucional, o que resulta na elevação do moral e o engajamento do efetivo (PMTO, 2021b).

De forma integrada, as estratégias de promoção da saúde psicológica e de valorização profissional refletem a consolidação de uma cultura organizacional voltada ao cuidado, ao reconhecimento e à sustentabilidade emocional dos policiais militares tocantinenses.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise situacional da PMTO evidenciou que os fatores psicossociais presentes no ambiente de trabalho influenciam de forma significativa a saúde mental dos policiais militares. O contexto organizacional é caracterizado por sobrecarga de tarefas, escalas irregulares, conflitos hierárquicos e limitações estruturais, fatores que contribuem para o aumento de sintomas como estresse, ansiedade, exaustão emocional e perda de motivação. Essa realidade reflete os desafios comuns às corporações de Segurança Pública e requer respostas institucionais integradas.

Observou-se que a motivação e o bem-estar psicológico dos profissionais estão relacionados à implementação de políticas de valorização e de reconhecimento institucional. Programas como o CAS e o Projeto Policial do Futuro revelam o compromisso da PMTO com o desenvolvimento técnico e humano de seu efetivo. Essas iniciativas têm favorecido o aprimoramento profissional, a qualificação continuada e o fortalecimento do sentimento de pertencimento, elementos que repercutem de forma positiva no engajamento e na eficiência funcional.

Além da qualificação, a criação de ambientes de trabalho mais acolhedores e humanizados mostra-se fundamental para mitigar os efeitos negativos do estresse ocupacional. O Projeto de Prevenção ao Estresse e o CAIS configuram-se como ações estratégicas nesse sentido, pois oferecem suporte psicológico, atendimento integrado e estímulo ao autocuidado. A literatura aponta que

programas institucionais de atenção psicossocial são determinantes para a promoção de resiliência e satisfação profissional em corporações militares.

Apesar desses avanços, persistem fragilidades estruturais que comprometem a efetividade das políticas de valorização e saúde mental. A escassez de efetivo, as limitações orçamentárias e a desigualdade na distribuição de recursos entre as unidades operacionais dificultam o acompanhamento contínuo dos profissionais e a manutenção dos serviços de acolhimento. Tais restrições são agravadas em regiões periféricas, onde a falta de infraestrutura reduz o alcance das ações preventivas.

A promulgação da Lei nº 4.352/2024, que institui a Política Estadual de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Pública, representa um marco importante ao destinar recursos específicos para ações de prevenção ao estresse ocupacional e acolhimento psicossocial.

Tal iniciativa reforça uma atuação do Estado com o bem-estar emocional dos profissionais e fortalece a integração entre as forças de segurança, contudo, sua efetividade depende da capacidade de articulação entre os diferentes níveis institucionais e da implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação permanentes.

Os resultados obtidos confirmam que a valorização profissional atua como fator de proteção essencial à saúde mental dos policiais militares, promovendo maior motivação, resiliência e engajamento organizacional. A valorização, quando associada a políticas estruturadas de capacitação e apoio psicológico, contribui para a redução de afastamentos, o fortalecimento do vínculo institucional e a elevação da qualidade do serviço prestado à sociedade.

Todavia, para que essas políticas alcancem maior efetividade, há necessidade de uma cultura organizacional voltada ao cuidado integral, com ênfase na prevenção e na promoção da saúde mental. Essa consolidação requer o envolvimento contínuo da gestão superior da PMTO e o engajamento dos próprios policiais na construção de ambientes mais colaborativos e sustentáveis, afinal, a saúde do trabalhador depende não apenas de intervenções pontuais, mas de transformações culturais que integrem bem-estar, reconhecimento e sentido de pertencimento às práticas institucionais.

Em síntese, os resultados indicam que a valorização profissional e a saúde mental são dimensões interdependentes e complementares da gestão de pessoas na PMTO. O fortalecimento de programas de reconhecimento, a ampliação do acesso ao suporte psicológico e a qualificação dos gestores para lidar com fatores psicossociais representam caminhos necessários para a consolidação de uma política de segurança pública mais humana, eficiente e sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu analisar, sob múltiplas perspectivas, a relação entre a valorização profissional e a saúde mental dos policiais militares do Tocantins, e evidenciou que o ambiente

organizacional da corporação ainda apresenta desafios estruturais e psicossociais que impactam o bem-estar e o desempenho desses profissionais.

A pesquisa demonstrou que políticas de reconhecimento, capacitação e suporte psicológico são essenciais não apenas para a promoção da qualidade de vida, mas também para a eficiência e a sustentabilidade das ações afirmativas de Segurança Pública.

Os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que foi possível identificar os principais fatores psicossociais que influenciam a saúde mental dos policiais, avaliar as políticas de valorização profissional vigentes na PMTO e propor estratégias voltadas à promoção do cuidado integral.

A pesquisa bibliográfica e a análise documental revelaram que, apesar dos avanços institucionais, persistem vulnerabilidades relacionadas à sobrecarga de trabalho, à escassez de recursos humanos e materiais e à limitação de programas de prevenção e acolhimento psicológico.

Verificou-se que políticas de valorização e saúde mental, quando implementadas de forma integrada, contínua e alinhada à realidade operacional, contribuem para o aumento da motivação, do engajamento e da resiliência dos policiais militares.

Tais políticas fortalecem o vínculo institucional e repercutem de forma positiva no desempenho organizacional, com o reforço do princípio de que a saúde do servidor é condição indispensável para a eficiência da corporação e para a segurança da sociedade tocantinense.

Contudo, para que esses resultados sejam sustentáveis, é necessário investimento permanente em infraestrutura, ampliação das equipes multiprofissionais, atualização dos gestores e monitoramento sistemático das ações de cuidado. A efetividade das políticas de saúde mental depende da continuidade administrativa e do comprometimento institucional com a prevenção, o acolhimento e a reabilitação emocional.

Ressalta-se que, por se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, as conclusões aqui apresentadas se limitam ao universo teórico e normativo analisado. Recomenda-se, portanto, a realização de estudos empíricos complementares, que considerem a percepção direta dos policiais militares, bem como a avaliação longitudinal dos impactos das políticas de valorização e saúde mental já implementadas.

Portanto, consolidar uma cultura organizacional baseada no cuidado, na escuta e no reconhecimento é caminho essencial para fortalecer a PMTO enquanto instituição protetora, eficiente e humanizada — preparada para servir à sociedade com excelência, equilíbrio e dignidade.

Diante do exposto, conclui-se que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, pois houve análise da relação entre a valorização profissional e a saúde mental, elementos estes que constituem dimensões indissociáveis de uma gestão moderna e humanizada.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS (ALTO). Lei n.º 4.352, de 8 de janeiro de 2024. Institui a Política Estadual de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Pública.

Diário Oficial do Estado do Tocantins. 2024. Disponível em:

<https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_4352-2024_68219.PDF>. Acesso em: 08out.2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. **Burnout: Quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 2016. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acesso em: 03out.2025.

CARLETON, R. N. et al. Mental health training, attitudes toward support, and screening positive for mental disorders. **Cognitive Behaviour Therapy**. v. 49. 2019. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1080/16506073.2019.1575900>>. Acesso em: 02out.2025.

CARLETON, R. N. et al. Assessing the Relative Impact of Diverse Stressors among Public Safety Personnel. **International Journal of Environmental Research and Public Health**. v. 17. 2020.

Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph17041234>>. Acesso em 02out.2025.

CARVALHO, L. O. R. de; PORTO, R. de M.; SOUSA, M. N. A. de. Sofrimento psíquico, fatores precipitantes e dificuldades no enfrentamento da síndrome de Burnout em policiais militares. **Brazilian Journal of Health Review**. v. 3. n. 5. p. 15202–15214. 2020. DOI:

10.34119/bjhrv3n5-300. Disponível em:

<<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/18754>>. Acesso em: 02out.2025.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FEDORENKO, Olena. et al. Pesquisa do Componente Motivacional da Atividade Profissional de Funcionários do Setor de Segurança e Defesa. **Revista Internacional de Criminologia e Sociologia**. 2021. Disponível: <<https://doi.org/10.6000/1929-4409.2021.10.72>>. Acesso em:

30set.2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

FRANCISCO, Diego Remor Moreira; RODRIGUES, Ana Paula Grillo; PEREIRA, Gustavo Klauberg. Riscos psicossociais na saúde mental de policiais militares. **HOLOS**. v. 8. 2022.

Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10379>>. Acesso em: 09out.2025.

GIBBS, Graham R. **Análise de dados qualitativos**. São Paulo: Penso, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLEMBIEWSKI, Robert T.; MUNZENRIDER, Robert. **Burnout: The Human Cost of Stress**. New York: Praeger Publishers, 1989.

HERZBERG, Frederick. **Work and the Nature of Man**. Cleveland: World Publishing, 1966.

JOSHI, Geeta. Rewards and their Influence on Employee Motivation. **International Journal for Research in Applied Science and Engineering Technology**. ISSN: 2321-9653. v. 9. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22214/IJRASET.2021.36244>>. Acesso em: 02out.2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, E. C.; ALENCAR, T. A. Aspectos psicossociais do trabalho e saúde mental de policiais militares. **Revista Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 14, n. 85, jul. 2024. Disponível em: <<https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3174/4019>>. Acesso em: 08out.2025.

MASLACH, Christina. **Burnout: The Cost of Caring**. Malabar. FL: Krieger Publishing Company, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. 16. ed. Caxias do Sul: EdUCS, 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Avaliação de riscos psicossociais no trabalho: divulgação da NR-1**. Brasília, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/inclusao-de-fatores-de-risco-psicossociais-no-gro-comeca-em-carater-educativo-a-partir-de-maio>>. Acesso em: 08out.2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (TEM). **Inclusão de fatores de risco psicossociais no GRO começa em caráter educativo a partir de maio**. Brasília-DF: MTE, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/inclusao-de-fatores-de-risco-psicossociais-no-gro-comeca-em-carater-educativo-a-partir-de-maio>>. Acesso em: 08out.2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS (MPTO). MPTO abre procedimento para acompanhar ações de cuidado com a saúde mental e prevenção ao suicídio de profissionais da Segurança Pública. **Portal MPTO**. 24abr2024. Disponível em: <<https://homologacao.mpto.mp.br/portal/2024/04/24/dados-preocupantes-relacionados-a-saude-mental-das-corporacoes-levam-mpto-a-expedir-recomendacao-aos-orgaos-de-seguranca-publica-no-to>>. Acesso em: 01out.2025.

PFISTER, Isabel B. et al. How does appreciation lead to higher job satisfaction?. **Journal of Managerial Psychology**. v. 35. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/JMP-12-2018-0555>>. Acesso em: 30set.2025.

POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS (PMTO). **CAIS já está atendendo militares e seus familiares**. Palmas-TO: PMTO, 2021a. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/pm/noticias/cais-ja-esta-atendendo-militares-e-seus-familiares/ke491pcgemy>>. Acesso em: 08out.2025.

POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS (PMTO). **Carreira e valorização profissional são temas de aula inaugural do CAS**. Palmas, 2021b. Disponível em:

<<https://www.to.gov.br/pm/noticias/carreira-e-valorizacao-profissional-sao-temas-de-aula-inaugural-do-curso-de-aperfeicoamento-de-sargentos-da-pm/ns5k2p8uxdr>>. Acesso em: 08out.2025.

POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS (PMTO). **Projeto "Policial do Futuro" é apresentado a militares do Tocantins**. Palmas, 2021c. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/pm/noticias/projeto-policial-do-futuro-e-apresentado-a-militares-do-tocantins/5i01zulzjm8i>>. Acesso em: 08out.2025.

POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS (PMTO). **Segurança desenvolve projeto de prevenção do estresse**. Palmas-TO: PMTO, 2021d. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/pm/noticias/seguranca-desenvolve-projeto-de-prevencao-do-estresse/6buti6k8lmp9>>. Acesso em: 08out.2025.

POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS (PMTO). **4º BPM realiza solenidade que valoriza o profissional policial militar**. Palmas, 2021e. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/pm/noticias/4o-bpm-realiza-solenidade-que-valoriza-o-profissional-policial-militar/1ws55nodf747>>. Acesso em: 08 out. 2025.

SANTOS, T.; DE SOUZA, E.; ALVES, F. Lack of professional recognition: main reason for stress in military police. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. v. 20. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.47626/1679-4435-2022-749>>. Acesso em: 02out.2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO (SECOM-TO). **Investimentos do Governo do Tocantins na modernização e na capacitação da Polícia Militar**. Palmas, 2024. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/secom/noticias/investimentos-do-governo-do-tocantins-na-modernizacao-e-na-capacitacao-da-policia-militar-diminuem-a-criminalidade-no-estado/28jmxgyjmtzm>>. Acesso em: 08out.2025.

SILVA, F. S. V. F.; PEREIRA, M. A.; GOMES, R. T. et al. Promoção da saúde do policial militar: avanços, desafios e tendências em saúde mental. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 194–213, fev.–mar. 2024. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/download/1764/779/9485>>. Acesso em: 08out.2025.

SILVA, J. A. da et al. Fatores de risco para a saúde mental dos policiais militares e potenciais intervenções para mitigar esses fatores: uma revisão científica. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 3, e70813, 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n3-439. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/70813>>. Acesso em: 08out.2025.